

Exame de Direito Romano – Turma Noite

22 de Janeiro de 2021

GRELHA DE CORRECÇÃO

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) dos seguintes temas:

1. O processo legislativo romano e as alterações introduzidas pela *Lex Publilia Philonis*.

R. Enunciação do processo legislativo romano no que se refere à *lex rogata*. Principais fases. Referência ao papel do Senado no processo legislativo romano. A *auctoritas patrum*. Identificação da *Lex Publilia Philonis* e da sua relevância. Efeitos em matéria de processo legislativo romano e interpretações

2. Os *comitia* romanos como órgãos legitimadores da actividade dos magistrados no período da república.

R: Explicar em que consistem os *comitia* e referir os tipos de *comitia* (*comitia centuriata*, *tributa* e os *concilia plebis*) e as suas funções. Referir a relação entre os *comitia* e os magistrados, em especial, na sua eleição, na aprovação do *edictum* e na fiscalização da actividade dos diversos magistrados.

3. A *Lex Aebutia de Formulis*, de 130 a.C. e a actuação do pretor na transformação do *ius civile* e na defesa do *ius* e da justiça.

R. Referir a função jurídica do pretor. Explicar em que consiste a *Lex Aebutia de Formulis* de 130 a.C. e quais as suas consequências na transição de um processo baseado nas *leges actiones* para um baseado no *agere per formulas*. Identificar e caracterizar os diversos tipos de expedientes de *imperium* e de *iurisdictio*. Referir se o pretor após *Lex Aebutia de Formulis* de 130 a.C. é efectivamente um defensor do *ius* e da justiça, explicando cada um dos conceitos e a opção tomada.

4. A *oratio principis* e o fim do poder legislativo do Senado.

R. As funções do Senado no período do Principado. A evolução do valor do *senatusconsultum* enquanto fonte do Direito Romano – *senatusconsultum* e *lex*; *senatusconsultum* e *oratio principis*; comentário crítico do texto. A relação entre a *oratio principis* e o a perda de poder legislativo do Senado.

5. A Lei das Citações e a funcionalização da *iurisprudencia* no dominado.

R. Referir a autoria, contexto jurídico-político, datação e conteúdo da Lei das Citações. Identificação dos juristas mencionados na Lei das Citações e critérios de utilização e ponderação das opiniões dos juristas citados em juízo. O valor jurídico da *iurisprudencia* no quadro das fontes do direito romano. A influência da Lei das citações para a sedimentação de um sistema de jurisprudentes entendidos como funcionários do Imperador.

6. As constituições imperiais transformam o Direito Romano baseado na *iurisdictio* num direito baseado na *lex*.

R. Explicar a evolução política do Principado e do Dominado como afirmação do poder político e jurídico e de transformação da sociedade romana. Referir a apropriação do *ius*, baseado numa *iurisdictio* do pretor e na *auctoritas* do *iurisprudente*, pelo *imperium* do Príncipe, que passa a impor o direito através das constituições imperiais, que regulam toda a actividade, inclusive as dos *iurisprudentes* (ex. *ius publice respondendi* e Lei das Citações). Os conceitos referidos na resposta devem ser devidamente explicados.

Duração: 90 minutos

Cotações: 5 valores cada questão